
The background of the entire page is a grid of small squares. The colors of these squares vary, creating a gradient. At the top, there are shades of red and dark red. As you move down, the colors transition through orange, yellow, and light green, eventually fading into a dark, almost black, color at the bottom. The grid lines are thin and light-colored, creating a subtle texture.

IMRE SIMON  
MIGUEL SAID VIEIRA



**IMRE SIMON** (1943-2009), PhD pela Universidade de Paris VII, foi professor titular (e emérito) do Departamento de Ciência da Computação do IME-USP.

**MIGUEL SAID VIEIRA** é mestrando em Filosofia da Educação na FE-USP (bolsista Fapesp) e editor.

# O rossio não rival

## RESUMO

Este artigo é uma introdução ao conceito de rossio não rival. Define e compara os dois tipos de rossios (rival e não rival), sugerindo que a língua portuguesa pode ser entendida como um exemplo de rossio não rival. A seguir, propõe que os rossios não rivais estão relacionados a importantes transformações sociais e culturais que começam a se afigurar, e explora essa relação por quatro aspectos: 1) a potencialização desses rossios pela tecnologia digital; 2) o papel da rede na disseminação dos bens desses rossios; 3) o avanço dos estudos acadêmicos sobre esses rossios; 4) a possibilidade de interação entre esses rossios e a política.

**Palavras-chave:** rossios não rivais, bens comuns, linguagem, Internet.

## ABSTRACT

*This article is an introduction to the concept of non-rival commons. It defines and compares two kinds of commons (rival and non-rival), suggesting that Portuguese language can be understood as an example of a non-rival commons. Then it proposes that non-rival commons are related to important social and cultural transformations that are beginning to take place; and explores that relationship in the view of four aspects: 1) the potentiation of these commons by means of digital technology; 2) the role Internet plays in the spreading of goods from these commons; 3) the advance in academic studies on these commons; 4) the possibility of interaction between these commons and politics.*

**Keywords:** non-rival commons, language, Internet.

**“Alimento as vossas mentes quando falo. Repartirieis entre vós o alimento, se o que trouxesse fosse para os vossos estômagos, e não chegaria inteiro a cada um; mas quantos mais fôsseis, em tanto maior número de pedaços dividiríeis o que vos desse. Aquilo que digo é inteiro para todos e inteiro para cada um” (Santo Agostinho, 354-430, sermão 237, in *Sermões para a Páscoa*, Lisboa, Verbo, 1974, p. 196)<sup>1</sup>.**

**“Se você tiver uma maçã e eu tiver uma maçã, e trocarmos as maçãs, então cada um continuará com uma maçã. Mas se você tiver uma ideia e eu tiver uma ideia, e trocarmos essas ideias, então cada um de nós terá duas idéias” (George Bernard Shaw – atribuição incerta).**

Este trabalho foi publicado originalmente como um capítulo de Pretto e Silveira (2008, pp. 15-30). Republica-se aqui o texto original, conforme o redigimos em 2008; fiz apenas pequenas alterações em algumas das estatísticas e referências bibliográficas, visando a atualizá-las para esta edição. [Nota de Miguel Said Vieira.]

<sup>1</sup> Agradecemos a Ricardo Ueda Karpishek pela indicação dessa citação.

# P

ara começar, vale esclarecer nosso título, que sem dúvida soa enigmático. O que é o rossio não rival?

## ROSSIO

De acordo com o *Dicionário Houaiss*, “rossio” pode ser um “terreno ou largo bastante espaçoso; grande praça”, ou um “terreno roçado e usufruído em comum”.

A primeira definição do Houaiss remete-nos a Lisboa: chamava-se Rossio uma grande e importante praça (hoje conhecida como Praça de D. Pedro IV), centro comercial e ponto de encontro da cidade desde seus primórdios. Nos Estados Unidos, as praças e locais públicos como o Rossio lisboeta, utilizados para encontro e deliberação política, eram chamados de *town commons* (Hess & Ostrom, 2007, p. 13). Um exemplo significativo é o Boston Common, criado

em 1634 como uma área de pasto, e que hoje em dia é um parque público.

Coincidência ou não, a palavra “*commons*” tem também o mesmo significado da segunda definição do Houaiss. Esse significado remonta às terras utilizadas coletivamente para pasto, durante a Idade Média, por comunidades na Inglaterra. Os membros das comunidades que as compartilhavam tinham uma série de direitos de uso sobre essas terras, e elas não tinham um proprietário exclusivo.

Tratava-se, em suma, de um tipo de propriedade coletiva ou compartilhada – muito distinta da propriedade privada. Ao contrário do que ocorre na propriedade privada da terra, não havia um indivíduo com a prerrogativa de comercializar as terras de um rossio, ou de autorizar ou impedir seu uso por um terceiro da comunidade. O uso estava sujeito a regras ligadas à equidade, à transparência e à garantia da sustentabilidade.

No fim da Idade Média, as terras comuns inglesas foram progressivamente privatizadas, no fenômeno que veio a ser chamado de *enclosure* (cercamento ou apropriação). Após esse período, no entanto, o termo “*commons*” continuou em uso para referir-se a outros bens comuns, tais como: ruas, estradas, ar, oceanos, e o meio ambiente em geral. Para os propósitos deste artigo, levando em conta todos esses usos para o termo, afirmamos que um *rossio* é um conjunto de recursos utilizados em comum e equitativamente por uma determinada comunidade. Não existem direitos individuais de exclusão no *rossio*.

Cabe ainda uma breve explicação sobre por que usamos a palavra “*rossio*”, e não “*commons*”. Salvo raras exceções, o termo “*rossio*” não tem sido usado em português. Em seu lugar, comumente é empregado o termo em inglês<sup>2</sup>, talvez pelo peso que a ideia tenha na cultura anglo-saxônica moderna: com efeito, em comparação com o Brasil, na Europa sempre houve mais população do que terra. Usamos o termo em português como uma experiência, na tentativa de ajudar a resgatar o conceito no nosso contexto<sup>3</sup>.

## RECURSOS NÃO RIVAIS

Para auxiliar a compreensão de nosso título, falta ainda elucidar o que é “não rival”.

O termo vem da economia: é rival aquele bem ou recurso cujo uso por alguém impede (ou compete com) o uso por outra pessoa. Os bens materiais são sempre rivais: o meu uso de uma cadeira, uma maçã ou um exemplar de um livro impede (ou compete com) o uso desses mesmos objetos por outra pessoa.

Um bem ou recurso não rival, por sua vez, é aquele que admite usos simultâneos que não competem entre si. Tomemos o caso do exemplar de um livro, e suponhamos que ele seja parte de uma tiragem de 5.000 exemplares. Cada exemplar é um bem rival (ainda que relativamente durável: poderá ser usado consecutivamente por várias pessoas). No entanto, se tomássemos o conteúdo desse livro como o bem em questão, e não

apenas um exemplar dele, poderíamos dizer que ele é não rival: é perfeitamente possível usá-lo em 5.000 exemplares do livro. Ademais, dada a durabilidade de cada exemplar do livro, o seu conteúdo (bem não rival) poderá ser multiplicado e possuído por todas as pessoas que o lerem. Esse fenômeno realça o fato de que o uso do conteúdo de um livro por uma pessoa não interfere nem compete com o seu uso por outra pessoa.

Como deve ter ficado claro, os bens intangíveis – como as ideias, os programas de computador, as obras artísticas, científicas e culturais – são, em geral, não rivais.

Um *rossio* não rival, portanto, é um conjunto de bens ou recursos não rivais (isto é, que podem ser utilizados simultaneamente por mais de uma pessoa) e que são utilizados em comum por uma determinada comunidade. Note-se que há uma sinergia entre as duas ideias: é mais fácil constituir um *rossio* com bens não rivais, pois se prestam mais facilmente ao uso comum e simultâneo.

Analogamente, um *rossio* rival é aquele cujos bens ou recursos em comum são rivais; os *rossios* abordados até hoje pela academia (os *rossios* “clássicos”, como a terra de pasto comunitária) são todos desse tipo. A natureza dos dois tipos de *rossio* é bastante distinta. Em última análise, o *rossio* rival caracteriza-se pela escassez, e o *rossio* não rival caracteriza-se (ao menos potencialmente) pela abundância<sup>4</sup>.

## A LÍNGUA PORTUGUESA COMO UM ROSSIO NÃO RIVAL

Para tentar deixar mais claro, apresentemos um exemplo de *rossio* não rival, e que, até onde sabemos, não é reconhecido dessa forma: a língua portuguesa.

Cada falante da língua portuguesa é, numa simplificação, um pequeno banco de dados e processador – único e muito complexo – dessa língua. Cada um desenvolve um repertório de expressões da língua; avalia

2 Como fizemos em nosso artigo anterior (Simon & Vieira, 2007).

3 Agradecemos ao prof. Ronaldo Lemos, que, durante o seminário “Propriedade Intelectual: Tensões Entre o Capital e a Sociedade”, alertou-nos sobre a existência do termo em português.

4 Pode-se dizer que os *rossios* ligados ao meio ambiente – como a atmosfera e os oceanos – são, em certo sentido, abundantes; e que, além disso, estabelecem mecanismos de regeneração de seus recursos. No entanto, é cada vez mais claro o fato de que, ainda que disponíveis em grande quantidade, esses recursos são rivais, e sua capacidade de regeneração é limitada.

esse repertório conforme o contexto, para utilizá-lo e decodificá-lo na comunicação; e estabelece prioridades e hábitos individuais (ou ligados a um grupo de falantes) no seu uso da língua.

Em princípio, cada falante constrói, detém e exerce (por meio da comunicação) a sua própria “versão particular” da língua. No entanto, há uma extensa interseção comum entre tais versões: alguns elementos repetem-se em todas as versões particulares; outros repetem-se em muitas versões particulares de um determinado grupo (cultural, geográfico, étnico, etc.). É esse núcleo comum, de fronteiras um tanto difusas, que sugerimos considerar como um *rossio* não rival. Ele é dinâmico, modificando-se e ampliando-se de acordo com o desenvolvimento das “versões particulares” e as interações que estabelecem entre si. Ele é também o patamar mínimo que permite a comunicação entre os usuários dessa língua<sup>5</sup>.

Seus elementos (palavras, expressões, construções) podem ser utilizados em comum, por quantos quiserem. Com efeito, quanto mais pessoas falarem o português, maior será a pluralidade das suas versões particulares, e maior será a riqueza e diversidade potencial do núcleo comum. Essa é uma característica surpreendente dos *rossios* não rivais, e que não existia em *rossios* de outro tipo: ao contrário, acreditava-se justamente que o uso excessivo poderia impedir o sucesso dos *rossios* (Hardin, 1968). Outra característica surpreendente desse *rossio* em particular é que ele é extremamente fragmentado (não se encontra totalizado em nenhum lugar: uma língua é antes aquela interseção de suas versões individuais do que um simples dicionário), mas ainda assim cresce, adapta-se e modifica-se em torno de um núcleo comum.

## O ROSSIO NÃO RIVAL HOJE

Como vimos no exemplo da língua portuguesa, os *rossios* não rivais estão entre nós desde muito tempo atrás, mas aparente-

mente foram ignorados pela academia, ou simplesmente não foram notados nesses termos. Mas, desde o século XX, eles têm adquirido uma relevância cada vez maior, e têm íntima relação com as transformações sociais, tecnológicas e culturais que vivemos hoje: de fato, nas últimas décadas eles começam a reconfigurar a sociedade, a educação e a cultura, através da ocorrência cada vez mais frequente de grandes projetos de produção social (Benkler, 2006) que quase sempre estão estruturados em torno de algum *rossio* não rival.

Abordaremos agora a relação entre essas transformações e os *rossios* não rivais por meio de quatro atos. Nos dois primeiros, tentaremos realçar como a tecnologia viabiliza implementações inovadoras de *rossios* não rivais. Isso ocorre por meio do computador pessoal, que barateia a reprodução (por incorporar a tecnologia digital) e facilita o processamento e a automatização de tarefas ligadas aos bens do *rossio*; e por meio da rede, que facilita e barateia a disseminação desses bens. Nos dois últimos atos, abordaremos a recente reflexão acadêmica que tem sido dirigida a esses fenômenos; e a importância cada vez maior de politizar a discussão sobre o assunto e trazê-la para a esfera pública.

## Ato 1 – A tecnologia digital viabiliza armazenar e processar os bens de *rossios* não rivais

A digitalização não é um fenômeno restrito aos computadores. Ela consiste na conversão de uma realidade contínua em uma representação discreta, e pode ser encontrada já na invenção dos alfabetos (McLuhan, 1969). Na comunicação, ela também já estava presente, por exemplo, na técnica da impressão de imagens por meio-tom (Vieira, 2009), muito comum em jornais a partir de 1890 (<http://en.wikipedia.org/wiki/Halftone>) – ou seja, bem antes da popularização dos computadores.

5 Curiosamente, o *rossio* que é a língua portuguesa acaba sendo a própria ferramenta pela qual esse *rossio* pode ser modificado e desenvolvido: a única maneira de modificar uma língua é usando-a. Algo similar ocorre em outro exemplo de *rossio* não rival que abordaremos adiante: o *software* livre.

Será com o computador pessoal, no entanto, que a digitalização atingirá o ápice de seu impacto. A principal característica da digitalização – e o motivo de seu avanço crescente – é a facilidade e o baixo custo de manipular e reproduzir os bens digitais; e é no computador pessoal que, por uma série de razões, essa característica será expressa com mais força. Primeiramente, porque o computador é um artefato fundamentado na tecnologia digital: o seu princípio de funcionamento é o *bit*, a diferença entre o 0 e o 1. Além disso, como é um suporte universal, o baixo custo de reprodução (característico da digitalização) aplica-se a todos os bens intelectuais que passarem por ele; um livro, uma música ou um filme digitalizados em um computador podem ser copiados infinitas vezes, a um custo marginal incrivelmente baixo, e com um resultado de precisão absoluta em todas as cópias. O mesmo ocorre com a facilidade de manipulação: o computador facilitará enormemente a automatização e o processamento (isto é, a reprodução e a manipulação já mencionadas, a indexação, a combinação com outros bens, etc.) de qualquer tipo de bens digitais. Por fim, o fato de que o computador pessoal tem se tornado ubíquo em nossa sociedade enraíza o efeito dessas características em setores os mais diversos.

Essas mudanças não são triviais. Se, no passado, os rossios não rivais possíveis só podiam ser armazenados em estruturas como a da língua portuguesa ou a de uma biblioteca física (e que, portanto, dependiam profundamente de nossa memória ou de bens rivais, como os exemplares dos livros), a tecnologia digital viabilizou a constituição de rossios não rivais mais amplos, baratos e eficientes, e que antes eram impraticáveis.

Um exemplo de rossio não rival que se tornou viável com o computador e a tecnologia digital foi o Projeto Gutenberg. Nascido em 1971, trata-se de um acervo de literatura em domínio público digitalizada e de acesso gratuito. Ainda assim, embora ele tenha se tornado viável, o crescimento inicial desse rossio foi lento. As primeiras

centenas de obras foram digitadas pessoalmente pelo criador do projeto; depois, passaram a ser digitalizadas por meio de *scanners* e programas de reconhecimento óptico de caracteres.

## Ato 2 – A rede dissemina os bens dos rossios não rivais

A aceitação e utilização ampla, comum e simultânea de um rossio como o do Projeto Gutenberg esbarrava, no entanto, no gargalo da distribuição: um determinado arquivo digital podia ser copiado infinitamente e utilizado de maneira simultânea, mas para que isso ocorresse era necessário que ele fosse transmitido de um computador a outro. Essa distribuição era em geral tão custosa e demorada quanto a transmissão de bens culturais não digitalizados, e eventualmente dependeria dos mesmos intermediários que distribuíam os bens materiais. Um impasse similar ocorria para a construção coletiva de tais rossios: sem tecnologias de comunicação que barateassem e simplificassem o trabalho simultâneo, ele tendia a ser excessivamente centralizado, menos eficiente. Na prática, era bastante difícil formar grandes comunidades (de usuários e colaboradores) em torno desses rossios.

Com o surgimento da Internet, no entanto, essa situação muda significativamente. A distribuição de arquivos digitais é simplificada, barateada e relativamente descentralizada: havendo o acesso à rede, a distribuição de um arquivo tem custo baixo e igual para qualquer lugar, independentemente de continente ou país. E, ainda que esteja sujeita a determinados controles (*vide* o caso de países que limitam o uso da Internet, como a China), a distribuição pela Internet não está sujeita às barreiras de entrada típicas dos mercados materiais, por ser um meio de distribuição barato e estruturalmente descentralizado. Com essa melhoria e descentralização da distribuição, abre-se também caminho para baratear e simplificar a colaboração.

Na prática, no caso de um rossio como o Projeto Gutenberg, isso significa que aquele acervo tornou-se disponível (para usuários ou para voluntários interessados em contribuir com outros bens) em todo e qualquer lugar que tiver acesso à Internet. Considerando que hoje já caminhamos para 1 bilhão de pessoas com acesso à Internet, é fácil prever que o efeito dessa acessibilidade para a colaboração foi grande. Se, para chegar a um acervo de 100 obras, o Projeto Gutenberg levou 23 anos (de 1971 a janeiro de 1994), o salto para 1.000 obras foi dado em 3 anos e 7 meses (agosto de 1997), e o para 10.000 em mais 6 anos e 3 meses (outubro de 2003). Em 2009, seu acervo já ultrapassava 30.000 obras em mais de 50 idiomas, e crescia a uma média de 3.500 novos livros por ano desde 2003 (*Project Gutenberg News*).

Esse crescimento é espantoso; é de notar, porém, que o Projeto Gutenberg em particular tem limites quanto à possibilidade de arregimentar a colaboração coletiva pela rede. Isso deriva da própria definição de seu acervo. Os bens que podem ser contribuídos a esse rossio são aqueles que já se encontravam em outro rossio: o conjunto das obras literárias em domínio público, delimitado pelas leis de direitos autorais. Ele é, portanto, antes a viabilização (mais

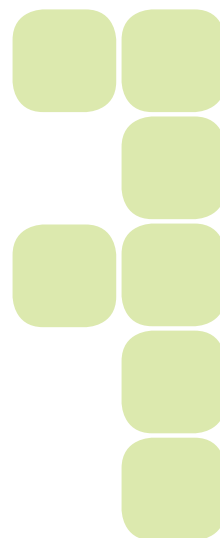
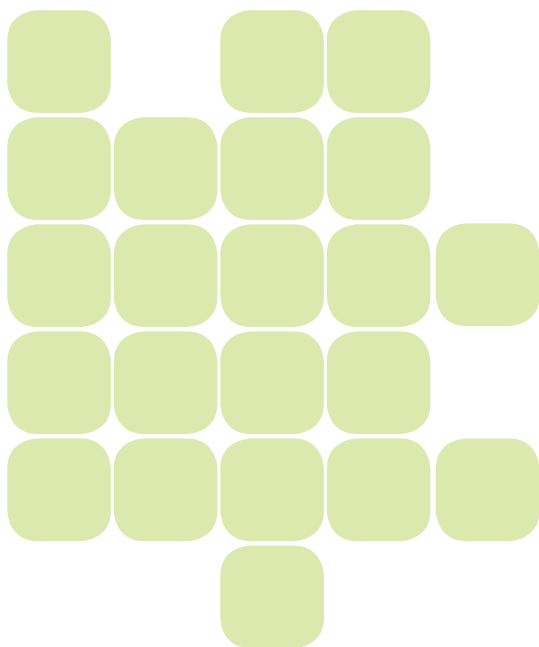
barata, eficiente e democraticamente acessível) de um rossio “anterior”, replicado em nova estrutura, do que a constituição de um rossio totalmente novo.

Mas a Internet também ajuda a abrir caminho para rossios antes inimagináveis, compostos por bens concebidos particularmente para esses novos rossios (eventualmente mesclados a bens de rossios anteriores). O exemplo mais relevante é o do *software* livre.

O *software* já nasceu digital. Ele é não rival por natureza: em essência, é uma série de comandos relativamente abstratos, e sempre foi facilmente reproduzível (mesmo quando dependia de suportes mais primitivos, como um cartão perfurado). Antes da Internet, a maior parte dos *softwares* de grande amplitude era desenvolvida em empresas ou centros de pesquisa. O trabalho individual não era suficiente para viabilizar a construção de um *software* grande e complexo como um sistema operacional, por exemplo. Com o surgimento da Internet, a facilidade de comunicação e distribuição de *softwares* possibilitou o surgimento de novas formas de trabalho colaborativo. Aliando esse avanço na comunicação ao uso da modularidade (isto é, a possibilidade de divisão do *software* em componentes desenvolvíveis independentemente) e de integradores automáticos das contribuições individuais, passou a ser possível envolver colaboradores extremamente diversos em torno de uma grande tarefa. As barreiras de entrada para participação diminuíram (pois cada colaborador podia selecionar onde ia trabalhar, e a granularidade – tamanho e complexidade – do módulo em que iria contribuir), e a qualidade do esforço coletivo pôde aumentar, dada a diversidade dos colaboradores<sup>6</sup>. Trata-se do movimento do *software* livre; a construção coletiva de uma ampla gama de *softwares* de qualidade, em constante atualização e evolução, e – o que talvez seja o mais importante – organizado na forma de um rossio.

Assim, uma distribuição como a Debian GNU/Linux, com mais de 324 milhões de linhas de código-fonte, que poderia ter custado € 6,1 bilhões se houvesse sido

6 Para uma análise cuidadosa do tema, ver Benkler (2002) e Weber (2004).





realizada em uma estrutura proprietária e centralizada (Amor et al., s.d.), pode ser adquirida sem nenhum custo e compartilhada livremente por qualquer pessoa. A ideia de “uso comum”, no caso do *software* livre, foi elevada a um patamar superior; não só o uso propriamente dito dos programas é livre e comum, mas também o seu desenvolvimento: todos podem ter acesso à estrutura interna dos programas e modificá-los como bem entenderem, desde que sejam respeitadas as condições do contrato social da respectiva comunidade. Tal contrato social normalmente exprime-se nos termos da licença de uso do *software*. No caso da GPL (*general public license*), uma das licenças mais populares de *software* livre, exige-se que as modificações a bens do rossio sejam distribuídas com a mesma licença do bem modificado (mecanismo chamado de *copyleft* (Simon & Vieira, 2007) e, dessa forma, garante-se que o rossio sempre se enriquecerá.

Das poucas regras formais que regem o movimento do *software* livre assentado na GPL, essa é a mais importante, pois garante a sua sustentabilidade: qualquer acréscimo construído sobre o rossio inicial deve ser também devolvido a ele. Por conta disso, a estrutura dessa comunidade tornou-se extremamente eficaz para realimentar e ampliar seu rossio.

Exemplo parêntese é o da *Wikipedia*. Enciclopédias e obras similares já eram realizadas colaborativamente no passado (tome-se o exemplo do *Oxford English Dictionary*). No entanto, as barreiras de entrada e os custos para essa colaboração eram altíssimos. A *Wikipedia*, porém, conseguiu em apenas cinco anos ser comparável à *Britânica*, o padrão-ouro das enciclopédias: em termos quantitativos, ela equivale a mais de 1.250 volumes, contra os 32 da *Britânica* (em agosto de 2007, e numa estimativa conservadora) (Smolenski, s.d.); e em termos qualitativos, um estudo da revista *Nature* considerou seus verbetes sobre ciência comparáveis aos verbetes *online* da mesma *Britânica* (Giles, 2005)<sup>7</sup>.

Esses dois exemplos são mostras de uma das principais maneiras pelas quais

os rossios não rivais estão reconfigurando a sociedade: a sua realização tecnológica viabilizou a emergência da produção social, na expressão de Yochai Benkler (2002)<sup>8</sup>.

## Ato 3 – Estudo e análise acadêmicos

Os dois grupos de exemplos de rossio – a língua portuguesa e as bibliotecas, por um lado, e a *Wikipedia*, o movimento do *software* livre e o Projeto Gutenberg, por outro – têm diferenças e similaridades importantes. Os últimos fundamentam-se numa implementação tecnológica digital do rossio, que reduz a dependência de recursos rivais<sup>9</sup>; já os primeiros dependem fundamentalmente de recursos materiais rivais. No entanto, a língua portuguesa, a *Wikipedia* e o movimento do *software* livre (mas não as bibliotecas nem o Projeto Gutenberg) têm em comum a ideia de uma evolução constante, fragmentada e descentralizada, mas que gira em torno de um núcleo comum, que é mais bem conceituado como um rossio não rival.

Questões como essas – aliadas ao surpreendente sucesso e estabilidade de projetos colaborativos baseados em rossios não rivais, como os do *software* livre – clamam por análises e justificações. O que há de comum entre esses rossios? O que neles é absolutamente novo? O que neles nos aparece como novo, mas sempre esteve entre nós e simplesmente passou despercebido até hoje? O que, em nossos paradigmas, fez com que tais objetos passassem despercebidos? Nossos paradigmas devem ser revistos à luz desses fenômenos? O que já era abordado em investigações acadêmicas, mas não nos termos de rossios não rivais, e que diferenças esse conceito pode trazer para a análise? Esses são problemas complexos, para os quais ainda não há soluções claras. Eles implicam a academia, que tem começado a abordá-los nos últimos anos, à medida que ela volta seus olhos para o conceito de rossio não rival.

7 No estudo, especialistas em diversas áreas fizeram avaliações cegas de verbetes de ambos os sites. Como era de esperar, encontraram erros – mas o número de erros foi similar em ambas as enciclopédias. Os erros detectados na *Wikipedia* foram rapidamente corrigidos tão logo o estudo foi publicado.

8 Para mais informações sobre o tema, ver Benkler (2006) e Simon e Vieira (2007). Uma análise relacionada, mas que segue outros caminhos, pode ser encontrada no conceito de multidão, explorado por Hardt e Negri (2007); a relação desse conceito com a produção social é objeto de uma interessante introdução em Silveira (2007).

9 Isto é, nessas implementações de rossios ainda há dependência de recursos rivais (como espaço em disco em um servidor, largura de banda na Internet, etc.), mas tais recursos são proporcionalmente mais baratos e abundantes: hoje em dia um disco rígido é muito mais barato que o espaço e estantes correspondentes em uma biblioteca.

## Ato 4 – A política

Ao fazermos a genealogia recente do tema dos rossios não rivais provavelmente teremos que passar por um seminário sobre o domínio público organizado por James Boyle, na Duke University, em 2001 (Boyle, 2003). Esse seminário colocou o domínio público em evidência ao reunir estudiosos tentando abordar o conceito por diversas facetas. Investigações como a de Pamela Samuelson (2006), que tipificou 13 “tipos” de domínio público, ajudaram a ampliar a ideia de domínio público, e permitiram estabelecer relações entre ele e o conceito mais amplo de rossio não rival. Essa aproximação foi particularmente importante, pois abriu caminho para cotejar e transferir, para o tema dos rossios *não rivais*, os conhecimentos já acumulados nos diversos estudos existentes sobre os rossios *rivais* (que já são desenvolvidos há tempos – o próprio Marx dedicou um capítulo ao tema do *enclosure* –, e contam com profundidade significativa). O livro *Understanding Knowledge as a Commons*, coletânea publicada em 2007 e organizada justamente por Charlotte Hess e Elinor Ostrom, dois dos mais importantes estudiosos dos rossios rivais, é uma mostra da fecundidade dessa aproximação.

Coincidência ou não, Hess e Ostrom foram conferencistas no seminário de 2001. E é de outro conferencista do seminário, Yochai Benkler, a obra mais importante a tratar dos rossios não rivais nos últimos tempos. Trata-se de *The Wealth of Networks*, de 2006, fundamental para avaliar a relação entre os rossios não rivais e a produção social, na terminologia do autor: os esforços colaborativos descentralizados envolvidos em projetos como o do *software* livre. Trata-se de obra bastante profunda e multidisciplinar, e que começa a investigar com mais atenção a relação entre os rossios não rivais e a política.

É preciso notar, porém, que essas investigações acadêmicas estão apenas engatinhando e começando a mapear o tema. Somos da opinião de que estão por vir muitos estudos mais profundos e diversificados sobre as consequências e possibilidades abertas pela realização tecnológica dos rossios não rivais.

O último ato deste mosaico sobre as transformações sociais e os rossios não rivais é também a conclusão de nosso artigo. Trata-se de uma pequena reflexão sobre o futuro: qual será o papel potencial dos rossios não rivais, e o que nos falta fazer a esse respeito. É também uma exortação: é preciso politizar esse debate; ele não pode continuar sendo tratado apenas da perspectiva privada, das vantagens estritamente individuais.

No geral, as relações de propriedade privada são caracterizadas por uma assimetria fundamental entre o proprietário e o restante da sociedade. O único detentor de direitos sobre o bem, nesse caso, é o proprietário, que pode arbitrariamente excluir os outros de usar ou interagir com esse bem. No caso do rossio, ocorre justamente o oposto: há uma simetria relativa entre os usuários, que só podem ser excluídos do acesso ao rossio por razões não discricionárias (isto é, por regras gerais e objetivas, que se apliquem a todos e visem à sustentabilidade daqueles recursos). Dessa forma, as deliberações sobre o governo dos rossios – isto é, sobre como administrá-los e regular seu acesso – são eminentemente políticas: afetam e interessam a um coletivo, e não a indivíduos isoladamente (e isso é particularmente relevante no caso dos rossios não rivais, que são em geral amplos e abertos a adesões).

Obviamente, essas deliberações serão sempre cheias de desafios, justamente por serem deliberações políticas. Mas os desafios são ainda maiores por alguns motivos. Em primeiro lugar, estamos cada vez menos acostumados a pensar no que é comum. Se, no âmbito econômico, o neoliberalismo ajudou a erodir a importância do comum, no âmbito do conhecimento e da cultura (e por extensão, dos rossios não rivais) a retórica da propriedade intelectual contribui para nos fazer crer que toda produção imaterial origina-se na esfera privada, e que a propriedade privada é o paradigma mais adequado para governá-la.

O vocabulário e os conceitos que temos à nossa disposição para pensar a produção imaterial foram sendo construídos sob essa perspectiva: a valorização do aspecto privado da produção intelectual, e consequentemente da propriedade privada dessa produção. É preciso construir uma nova linguagem e novos conceitos que nos permitam recolocar a questão em seu devido equilíbrio, reenfatizando a importância que os rossios têm para a sociedade, e o perigo que corremos ao subestimá-los! É preciso realçar mais ainda o caso dos bens intelectuais comuns alocados em rossios não rivais: beneficiam-se das sinergias entre a característica de não rivalidade e o próprio conceito de rossio, e viabilizam inúmeras formas de produção social baseada no compartilhamento e na cooperação!

Em segundo lugar, embora já tenhamos um aprofundamento razoável nos estudos sobre a governança dos rossios rivais, estamos longe de dizer o mesmo em relação aos rossios não rivais. Como vimos, esses rossios têm naturezas diferentes e apresentam problemas e dilemas diferentes. Os conhecimentos acumulados sobre a governança dos rossios rivais ajudarão, mas é certo que não será possível simplesmente transferir esses conhecimentos para os rossios não rivais. Como vimos, a escassez é um fator determinante para governar os rossios rivais, e portanto a extensão da comunidade a que podem servir é mais limitada; nos não rivais, ao contrário, uma vez que os bens foram produzidos, é viável possibilitar que comunidades muito maiores usufruam dele. Isso talvez implique que a governança dos rossios não rivais terá um caráter político bem mais amplo. É certo, de qualquer forma, que será necessário aprofundar o nosso entendimento das características e contradições específicas dos rossios não rivais.

Por fim, em terceiro lugar, vale lembrar que outro desafio a ser enfrentado na esfera política é o da convivência entre os rossios não rivais e a propriedade privada. Se a opção entre ambos é colocada como binária e excludente, torna-se muito difícil chegar a soluções aceitáveis. É mais provável que seja necessário avaliar e discutir cuidadosa-

mente quanto e onde se quer rossio, e quanto e onde se quer propriedade privada; onde é possível que convivam com sinergia, e onde um e outro tenderão a excluir-se ou substituir-se mutuamente. A tarefa não é fácil, e está apenas começando.

A esses desafios que envolvem a politização do debate sobre os rossios, relaciona-se um fenômeno aparentemente contraditório, e que daqui em diante merecerá atenção para ser melhor compreendido. É o fato de que rossios não rivais parecem alimentar o debate político de maneira geral, por meio da constituição do que Benkler chama de esfera pública interconectada. Com efeito, a deliberação política requer a comunicação, que, no seu grau mais simples, já requer um bem compartilhado: a língua. E, num grau maior de complexidade, ela requer também acesso a meios de comunicação plurais, que permitam a atuação conjunta de pessoas e pontos de vista diversificados. Os meios de comunicação de massa, amadurecidos no século passado, possibilitaram, para essa finalidade, algum avanço em relação às condições anteriores (ou seja, ampliaram o debate político e criaram novas arenas em que ele pode ser exercido); mas, hoje, eles poderão ser ofuscados pela Internet, principalmente no que diz respeito à possibilidade de uma participação de ordens de grandeza maior no debate político de maneira democrática e transparente.

Sem dúvida, a Internet ainda está longe do ideal nesse sentido: a educação e a infraestrutura computacional disponível fazem um corte claro entre quem está habilitado a participar ou não desse debate político. Mas é certo também que a situação é muito melhor do que a que vivemos com os meios de comunicação de massa; em que, na prática, a comunicação possível é majoritariamente unilateral e mercantilizada. Há muito mais pessoas em nossa sociedade capazes de expressar e compartilhar seus pontos de vista pela Internet do que por meios de comunicação de massa. A concretização dessas possibilidades poderá depender da realização eficiente e culturalmente atrativa de novos e poderosos rossios não rivais.

O fato de que a Internet foi inicialmente

estruturada de maneira análoga a um *rossio* (isto é, seus protocolos são abertos e livremente utilizáveis, os bens que compõem sua estrutura são em grande parte compartilhados, e de maneira geral seu funcionamento é descentralizado) provavelmente conta a

favor para ampliar a participação possível no debate político. Ainda que haja aqui uma aparente tautologia, não nos surpreenderá se a valorização política dos *rossios* fortalecer-se na esfera pública por meio de uma ferramenta como a Internet.

---

## BIBLIOGRAFIA\*

- AMOR, Juan José et al. "Measuring Lenny: the Size of Debian 5.0". Disponível em: <http://gysc.es/~frivas/paper.pdf>.
- BENKLER, Yochai. "Coase's Penguin, or, Linux and *The Nature of the Firm*", in *Yale Law Journal*, 112, 2002. Disponível em: <http://www.benkler.org/CoasesPenguin.html>.
- \_\_\_\_\_. *The Wealth of Networks, How Social Production Transforms Markets and Freedom*. Yale Press, 2006. Disponível em: [http://cyber.law.harvard.edu/wealth\\_of\\_networks](http://cyber.law.harvard.edu/wealth_of_networks).
- BOYLE, James (ed.). *Law and Contemporary Problems*, 66(1-2), inverno/primavera 2003 (edição especial intitulada *The Public Domain*). Disponível em: <http://www.law.duke.edu/journals/lcp/indexpd.htm>.
- GILES, Jim. "Internet Encyclopaedias Go Head to Head", in *Nature*, 438, 2005, pp. 900-1.
- HARDIN, Garrett. "The Tragedy of the Commons", in *Science*, 162, 1968, pp. 1.243-8
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. *Understanding Knowledge as a Commons, From Theory to Practice*. Cambridge, The MIT Press, 2007.
- MARX, Karl. *O Capital*, vol. 1, capítulo 27. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch27.htm>.
- MCLUHAN, Marshall. *The Gutenberg Galaxy*. New York, Signet, 1969.
- PRETTO, Nelson Luca de; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). *Além das Redes de Colaboração: Internet, Diversidade Cultural e Tecnologias do Poder*. Salvador, EDUFBA, 2008. Disponível em: <http://rn.softwarelivre.org/alem dasredes/wp-content/uploads/2008/08/livroalem dasredes.pdf>.
- PROJECT GUTENBERG NEWS. *Project Gutenberg eBook Statistics: Past and Present*. Disponível em: <http://www.gutenbergnews.org/statistics>.
- SAMUELSON, Pamela. "Enriching Discourse on Public Domains", in *Duke Law Journal*, 55, 2006, pp. 783-834. Disponível em: <http://www.law.duke.edu/journals/cite.php?55+Duke+L.+J.+783>.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. "O Conceito de *Commons* na Cibercultura". Trabalho apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/5397>.
- SIMON, Imre; VIEIRA, Miguel Said. "A Propriedade Intelectual Diante da Emergência da Produção Social", in Fábio Villares (org.). *Propriedade Intelectual: Tensões Entre o Capital e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007. Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~is/papir/pips-19mar07.pdf>.
- SMOLENSKI, Nikola. "Size of English Wikipedia in August 2007". Disponível em: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Size\\_of\\_English\\_Wikipedia\\_in\\_August\\_2007.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Size_of_English_Wikipedia_in_August_2007.svg).
- VIEIRA, Miguel Said. "Geometrização do Mundo e Imagem Digital", in Artur Matuck; Jorge Luiz Antonio (orgs.). *Artemídia e Cultura Digital*. São Paulo, Musa, 2009, pp. 216-27. Disponível em: <http://impropriedades.wordpress.com/artigos>.
- WEBER, Steven. *The Success of Open Source*. Cambridge/Londres, Harvard University Press, 2004.
- WINCHESTER, Simon. *The Professor and the Madman*. Nova York, HarperCollins, 1998.

\* As referências disponíveis na Internet foram consultadas pela última vez em março de 2010.